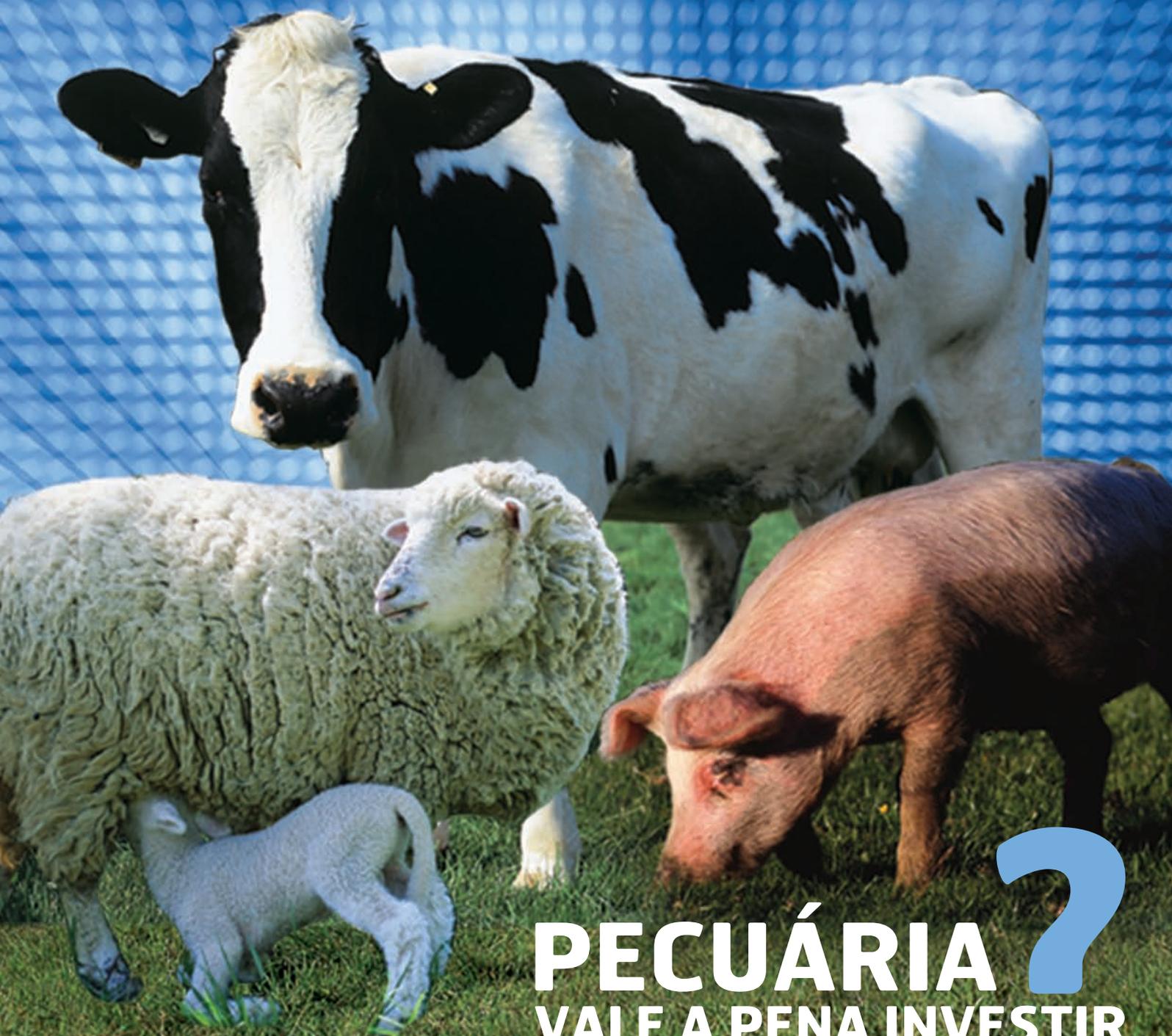


Jovens Agricultores



PECUÁRIA?
VALE A PENA INVESTIR

25 Anos

4 DOSSIER

Porque o Sector Pecuário não é um Sector Estratégico?

O Novo Regime de Exercício das Actividades Pecuárias - REAP

Perspectivas para a Ovinicultura e Caprinicultura Nacionais

A Política Actual Estrangula e Potência a Falência da Fileira Pecuária

O Fim das Quotas Leiteiras, Perigo ou Oportunidade?

A Alta dos Cereais e o Futuro da Avicultura Eficiente

Vale a Pena Investir em Suinicultura?

15 PAC: SIMPLES RETOQUE OU NOVA REFORMA?

16 UM SECTOR EM ANÁLISE

Produção de Cereais

18 SER JOVEM AGRICULTOR

Na Cunicultura

20 VALORIZAÇÃO DOS MODOS DE PRODUÇÃO

A Monitorização da Água de Rega e as suas Vantagens para as Culturas e para o Agricultor

23 ASSOCIATIVISMO

O Novo Quadro de Apoio à Instalação de Jovens Agricultores

As Quotas Leiteiras e o Futuro da Produção de Leite em Portugal – Posição da AJAP

27 LEGISLAÇÃO

28 GABINETES DE APOIO AO JOVEM AGRICULTOR

Ficha Técnica

[ABR | MAI | JUN] 2008 N.º 74

Propriedade, Redacção e Edição
AJAP
Associação dos Jovens
Agricultores de Portugal
Rua D. Pedro V, 108 - 2.º
1269-128 Lisboa
Telefone: 21 324 49 70
Fax: 21 343 14 90

Director
Firmino Cordeiro

Coordenação
Depart. de Comunicação

Redacção
Depart. Técnico

Secretariado
Olga Leitão

Dep. Comercial
Olga Sereno

Paginação
AJAP

Impressão
Gazela, Artes Gráficas, Lda.

Depósito Legal
n.º 78606/94

Registo de Título
n.º 116714

Tiragem
10 000 exemplares

Periodicidade
Trimestral

E-mail
ajap@ajap.pt

URL
www.ajap.pt

Distribuição Gratuita





Ainda vale a pena investir na pecuária?

Esta é uma questão pertinente a ser colocada aos mentores do atrasado PRODER, que não consideraram estratégica qualquer actividade da fileira pecuária.

Entre as justificações “políticas” apresentadas para a exclusão da fileira pecuária ressalta o facto de, consoante os casos, as actividades serem consideradas muito desenvolvidas ou pouco competitivas no mercado livre, que se julgava ser facto consumado num futuro próximo. A Europa “pensava” que o caminho era exportar tecnologia e importar comida barata. Agora, com a quebra de produção nos países exportadores e aumentos de consumo na Índia e China, toda a estratégia de liberalização do mercado agrícola está a ser posta em causa. Os países que até agora reclamavam a abertura das fronteiras europeias fecharam as suas próprias fronteiras para impedir que a exportação aumentasse o preço dos alimentos à sua população. Na Europa, os “fazedores de opinião”, a comunicação social e os políticos descobriram que, afinal, a agricultura, além de manter a paisagem, ocupar o território e receber turistas, também serve para produzir alimentos.

Portugal não pode nem deve pura e simplesmente andar a reboque da Europa. Estamos cada vez mais dependentes da importação de alimentos essenciais, e cada vez menos preparados para crises mundiais de alimentos como a que se verifica actualmente.

Os agricultores portugueses interrogam-se diariamente sobre o seu futuro, e a continuidade no sector. Sentem que o actual Ministério e o actual Governo os abandonou. Por um lado, no atrasado Proder, onde existem falhas em relação a algumas áreas de investimento - nomeadamente, na instalação de jovens agricultores -, e graves lacunas em relação a outras - tais como o sector pecuário e os cereais -, assim como existem grandes entraves ao enquadramento dos nossos agricultores nas diferentes medidas de apoio, de que o caso das agro-ambientais é um excelente exemplo. Por outro lado, retirou o apoio técnico, do próprio ministério, ao encerrar zonas agrárias, e parte do executado pelas principais organizações, ao extinguir medidas que implicaram o despedimento de técnicos dos seus quadros.

Afinal, Portugal e a Europa precisam de agricultura, de pecuária e de produtores.

Para a AJAP, a pecuária e os cereais são sectores estratégicos!

PORQUE O SECTOR PECUÁRIO NÃO É UM SECTOR ESTRATÉGICO NACIONAL?



Jaime Silva
Ministro da Agricultura,
do Desenvolvimento Rural
e das Pescas

A Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Rural subjacente ao actual instrumento de programação PRODER, parte do pressuposto de que os sectores agro-alimentar e florestal, a nível nacional, reúnem potencialidades suficientes para com a intervenção supletiva e mobilizadora de políticas públicas, possam alcançar plataformas de competitividade sustentável muito relevantes, não só na dimensão económica mas, sobretudo, na dimensão territorial e social dos seus efeitos.

De facto, os sectores agro-alimentar e florestal, abrangendo neste conceito toda a actividade económica desenvolvida na agricultura e na silvicultura, na transformação de produtos agrícolas e florestais, na prestação de serviços económicos, funcionais e ambientais, baseados ou relacionados com a agricultura, a floresta e as zonas rurais e na produção de conhecimento e sua distribuição, constituem-se como “territórios de oportunidades” em termos

de desenvolvimento.

Neste sentido, o PRODER é um instrumento de apoio à competitividade do conjunto das fileiras agro-alimentares e florestais com expressão no Continente, nas quais se integra o sector pecuário através das fileiras do leite e das carnes.

A persistência de dificuldades nalguns sectores, como a fraca organização e qualificação, em particular da produção, a atomização e falta de dimensão da oferta, a deficiente integração com a comercialização e a transformação, conduziu à necessidade de desenvolvimento de instrumentos de intervenção específicos – apoios integrados de fileira – necessários para se poder atingir níveis de competitividade relevantes e participarem positivamente na inversão da situação actual. No Continente, pela sua importante expressão territorial, capacidade produtiva instalada e produtos em expansão, densidade de actividades, de conhecimento e tradições, as fileiras dos produtos hortofrutícolas, do azeite, do vinho, da cortiça e outras fileiras florestais, são consideradas como estratégicas para poderem contribuir, no período de programação 2007-2013, para uma melhor utilização dos recursos endógenos em áreas significativas do território rural e potencial para contribuir de forma determinante para a melhoria da balança comercial e consequente diminuição do défice nacional.

No contexto de abordagem de fileira, o sector do leite no Continente diferenciou-se positivamente, ao adoptar e implementar com resultados, um conjunto de soluções para a sua estruturação, que permitiram atingir um nível de organização que possibilita a

continuação do seu desenvolvimento com autonomia, independentemente de se identificar como necessária a existência de soluções precisas nomeadamente para os problemas relativos ao tratamento dos efluentes.

Ao nível dos sub-sectores das carnes e ovos, identificam-se situações muito diferenciadas, sendo as suas potencialidades, dimensão e impacte no território muito variáveis e diferenciadas entre regiões, devendo as soluções ser adequadas às suas especificidades e necessidades.

Os apoios nestes sectores, são neste contexto, avaliados pelo seu mérito próprio, quer numa óptica de inovação e qualidade, quer do seu impacte na região/território nas vertentes económica, ambiental e social.



O NOVO REGIME DE EXERCÍCIO DAS ACTIVIDADES PECUÁRIAS – REAP

Com o objectivo de tornar o processo de licenciamento das explorações pecuárias mais simples e célere, permitindo às empresas desenvolver os seus investimentos num quadro desburocratizado, o Governo decidiu alterar o regime normativo em vigor, num processo que envolveu a consulta da totalidade das organizações representativas do sector pecuário.

O novo quadro legislativo que regulamentará o regime de exercício das actividades pecuárias (REAP), está em fase final de aprovação e abrangerá não só as explorações pecuárias, mas também as actividades complementares relacionadas com a pecuária, como são as feiras, mercados e as instalações de gestão de efluentes pecuários, não anexas a explorações (centros de compostagem de estrumes, entrepostos de estrume e/ou chorume, unidades de biogás e outras unidades técnicas de transformação ou eliminação dos efluentes pecuários).

"...o novo diploma consagrará um período de reclassificação das explorações já anteriormente licenciadas e um regime excepcional de regularização, para as explorações ainda não licenciadas ou cuja licença esteja desactualizada."

No âmbito do REAP, a exploração pecuária é o conjunto das actividades e espécies animais existentes na mesma exploração agrícola e que partilham os mesmos meios de produção. Assim, se na exploração existirem duas ou mais espécies animais o "licenciamento" é global e obtido no âmbito de um único

processo. As diferentes espécies pecuárias constituem Núcleos de Produção, da exploração pecuária.

As Direcções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP), passam a ser as entidades que coordenam o processo de licenciamento, constituído o balcão único para o produtor. Caberá às DRAP o desenvolvimento e a articulação com as demais entidades da administração, para apresentar e receber os pareceres e licenças complementares (licença ambiental, recursos hídricos, etc.) que, eventualmente, sejam requeridas para o exercício da exploração pecuária e emite a respectiva licença ou título da exploração.

O REAP incluirá 3 classes de explorações pecuárias, que determinarão 3 regimes de exercício da actividade, dos quais destaco os aspectos mais relevantes:

A Classe 1 – Regime de licença de exploração – abrangerá todas as explorações pecuárias que possuam um núcleo de produção intensivo com uma capacidade superior a 260 CN (corresponde a explorações com capacidade para mais de 180 porcas em ciclo fechado, ou a 1700 porcos de engorda, a 260 bovinos em engorda ou 190 vacas leiteiras, 19.000 galinhas poedeiras ou 38.000 frangos de carne), bem como todas as explorações pecuárias intensivas que, por força de legislação própria, tenham de ser sujeitas a Avaliação de Impacto Ambiental ou Licença Ambiental.

Na Classe 2 - Regime de Declaração Prévia – o produtor apresentará um



Luís Medeiros Vieira
Secretário de Estado Adjunto,
da Agricultura e das Pescas

projecto da exploração pecuária, antes de iniciar a actividade. Este projecto é apreciado pela DRAP e num prazo de até 30 dias, se não carecer de pareceres externos à DRAP, ou até 80 dias, caso seja necessário (em função do tipo e da localização da exploração) recolher o parecer de outras entidades. A DRAP emitirá, no termo, uma decisão final e o título de autorização com as condições a observar pela exploração. Nesta classe são incluídas todas as explorações pecuárias consideradas extensivas, bem como as explorações pecuárias intensivas cujo maior núcleo de produção não ultrapasse as 260 cabeças normais.

Na Classe 3 - Registo da actividade – a autorização das explorações pecuárias desta classe, podem ter uma dimensão de até 5 cabeças normais na totalidade das espécies pecuárias detidas na exploração e ficam sujeitas apenas ao registo prévio da exploração e das espécies animais detidas. O registo é rea-



lizado no SNIRA – Sistema Nacional de Informação e Registo Animal, e será referenciada com base num Parcelário, podendo iniciar desde logo a actividade, sem prejuízo do cumprimento de outra legislação que eventualmente seja aplicável.

No que se refere às explorações existentes, o novo diploma consagrará um período de reclassificação das explorações já anteriormente licenciadas e um regime excepcional de regularização, para as explorações ainda não licenciadas ou cuja licença esteja desactualizada. O aspecto mais relevante consistirá na possibilidade das explorações pecuárias poderem regularizar a situação da sua exploração por um período de até 5 anos, conforme a localização e a classe da exploração. O REAP permitirá ainda integrar a informação das explorações existentes e das capacidades instaladas, para permitir o funcionamento das bases de dados do SNIRA, que passam a assegurar a emissão das guias de deslocação e o registo de toda a movimentação das diferentes espécies pecuárias.

"O REAP permitirá ainda integrar a informação das explorações existentes e das capacidades instaladas, para permitir o funcionamento das bases de dados do SNIRA..."

Com esta medida, será criado um ambiente mais simplificado e favorável ao exercício das actividades pecuárias, integrando, pela primeira vez, os aspectos relacionados com a rastreabilidade e controlo da produção com as políticas de ambiente e ordenamento do território.

PERSPECTIVAS PARA A OVINICULTURA E CAPRINICULTURA NACIONAIS

A produção ovina e caprina na Europa e por maioria de razão em Portugal atravessa uma crise sem precedentes originando uma quebra acentuada do rendimento dos produtores pecuários a que acresce as dúvidas e incertezas relativamente ao futuro do sector:

- Aumento do custo de factores de produção (gasóleo, adubos, rações, etc.);
- Manutenção e/ou quebra dos preços pagos aos produtores;
- Actividade difícil, dura e pouco atractiva, mão-de-obra escassa e trabalho muito selectivo;
- Problemas sanitários (língua azul);
- O cumprimento das regras e normas da condicionalidade (licenciamento das explorações e queijarias, identificação, bem-estar animal, controlos administrativos, etc.) que contribuem para o aumento dos custos de produção;
- Redução do consumo, nomeadamente da carne de borrego;
- Políticas de apoio ao sector praticamente inexistentes;
- Redução do RPU. Modelação voluntária de mais 10 % em 2008;
- Globalização e liberalização dos mercados, cedências europeias no seio da OMC;
- Cheque saúde da PAC, alterações ao RPU, modulação, etc.

A maioria das explorações ovinas e caprinas em Portugal encontra-se em zonas de montanha e desfavorecidas do interior em solos marginais e de fracas aptidões agrícolas que aliados a uma irregular precipitação (chuva mal distribuída ao longo do ano e de ano para ano) fazem destes sistemas de produção pecuária (extensiva) das poucas e em muitas situações as ÚNICAS ALTERNATIVAS à ocupação e

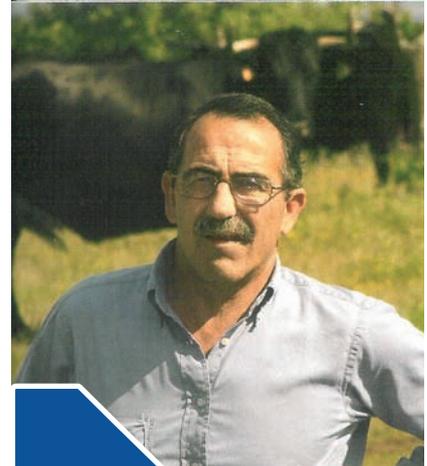
aproveitamento do espaço rural (75% de SAU).

Estes sistemas agro-silvo-pastoris, de onde se obtêm produtos de excelente qualidade e de grande tradição, têm um impacto positivo na preservação do ambiente e da paisagem, na manutenção da biodiversidade, no sequestro de carbono, no controle de incêndios, na melhoria da qualidade da água, na luta contra a erosão e na manutenção de um tecido humano activo em zonas em acelerado processo de desertificação.

Apesar dos impactos acima referidos, a postura do Ministério da Agricultura e no discurso de quem o tutela, o sector ovino e caprino é “subsídio-dependente”, não é competitivo e como tal não é prioritário nem estratégico. No PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural), a estratégia assumida é a “competitividade” logo o sector da pecuária é marginalizado e discriminado negativamente quer nos apoios ao investimento quer nos apoios agro-ambientais.

Destes apoios só as raças autóctones (representam cerca de 5% do efectivo ovino e caprino nacional) são de certa forma discriminados positivamente. No que diz respeito ao investimento, os projectos são avaliados em função de um conjunto de parâmetros em que a Valia Estratégica tem um peso de 50%. Ora sendo a pecuária considerada uma fileira não estratégica a sua aprovação está fortemente condicionada. Aliás o Sr. Dr. Jaime Silva em entrevista ao Jornal Semanário diz que “vai chumbar todos os projectos subsidio-dependentes”.

De referir que a compra de animais reprodutores não é elegível. Nas medidas de apoio agro-ambiental – alterações dos modos de produção



Nuno Megre
Presidente
Ovibeira

– Agricultura Biológica e Produção Integradas, para além de todas as restrições inseridas nas respectivas medidas, a área física a apoiar não ultrapassa os 400 000 ha que representam cerca de 12% da SAU.

Será que a fileira “Estratégica” da pecuária é as ovelhas e as cabras todas em Fila “umas atrás das outras” direitas a um abismo?

Se nada se alterar no sentido de um efectivo apoio ao sector não vislumbro que a produção ovina e caprina seja atractiva para um jovem agricultor se instalar, contudo se um jovem se instalar com uma grande fortuna o risco que corre é ficar com uma mais pequena.

Os agricultores como qualquer agente económico reagem a estímulos, motivações e incentivos. Infelizmente as políticas, o discurso e o mercado não incentivam, não motivam e não estimulam.

Neste cenário a sobrevivência da pecuária ovina e caprina nacional e de todos os impactos positivos que geram estará em risco.

A POLÍTICA ACTUAL ESTRANGULA E POTENCIA A FALÊNCIA DA FILEIRA PECUÁRIA



Jaime Piçarra
Secretário Geral
IACA

No universo da indústria agro-alimentar em Portugal que movimenta mais de 11 mil milhões de €, os sectores das carnes (15%), do leite (13%) e dos alimentos compostos (9%) são os mais importantes, o que significa que a Fileira Pecuária é o Sector com mais peso na agro-indústria nacional, contribuindo para o desenvolvimento sustentado do mundo rural, em termos sociais e económicos.

Os alimentos compostos representam o custo mais significativo nas explorações pecuárias, variando entre 40% nos bovinos a 75% na avicultura de carne. Por outro lado, as matérias-primas têm um peso de 80% nos custos de produção dos alimentos compostos para animais, donde se conclui que **dos preços das matérias-primas depende a competitividade dos alimentos compostos e, consequentemente, a capacidade competitiva da pecuária portuguesa.** Se analisarmos a estrutura de consumo de matérias-primas, concluímos que a utilização de cereais representa 50% do aprovisionamento (liderados pelo milho) e as oleaginosas

(sobretudo soja e produtos do complexo soja) cerca de 25%; temos ainda os substitutos dos cereais como o corn glúten feed ou os destilados de milho e produtos diversos. Portugal, infelizmente, não tem capacidade para aprovisionar o mercado da alimentação animal, dependendo do exterior em cerca de 80% e cada vez mais de países de fora da União Europeia.

Desde Junho de 2006, na sequência de diversos factores, designadamente a problemática dos biocombustíveis e o desenvolvimento das economias emergentes (BRIC mas sobretudo a China), assistimos a um aumento da procura de matérias-primas – sobretudo de cereais – face a uma oferta em quebra, devido a problemas climáticos e aos stocks reduzidos a nível mundial. Inicia-se então uma tendência de subida nos preços das principais matérias-primas para a alimentação animal que não tem sido travada, apesar de medidas como a suspensão dos direitos de importação de países terceiros ou a suspensão do set-aside, com efeitos apenas na próxima campanha. Com uma volatilidade a que não estávamos habituados e com a entrada de fundos de investimento neste mercado, criando uma elevada especula-

"a Fileira Pecuária é o Sector com mais peso na agro-indústria nacional, contribuindo para o desenvolvimento sustentado do mundo rural, em termos sociais e económicos."

ção, desde Junho de 2006 até inícios de 2008, os preços do milho registaram um aumento de 52%, a cevada 118%, o trigo 111%, a soja 84% e o bagaço de soja 88%. Durante o mesmo período, os preços dos alimentos compostos subiram en-

tre 25% a 33%, com o sector a incorporar grande parte destes aumentos.

Há ainda que referir que o problema dos OGM e o facto da União Europeia não aprovar os mesmos eventos que estão autorizados nos nossos principais fornecedores (EUA, Brasil e Argentina) contribuiu

"...dos preços das matérias-primas depende a competitividade dos alimentos compostos e, consequentemente, a capacidade competitiva da pecuária portuguesa."

para inviabilizar a importação de derivados de milho como o corn glúten feed e destilados desde finais de 2006. Quando o milho foi aprovado em Outubro de 2007, apesar do parecer positivo da EFSA desde Março, o mercado americano não foi capaz de satisfazer as necessidades, criando maiores tensões sobre os preços de mercado. Foi finalmente aprovado, em 28 de Março de 2008 pela Comissão (não pelo Conselho porque não tem sido possível maiorias qualificadas) o evento de milho GA 21, proveniente da Argentina, situação que inviabilizou as importações deste país durante todo o ano de 2007 e no primeiro trimestre de 2008, pelo que, na prática, as importações limitaram-se ao mercado brasileiro. Quanto aos trigos, dada a carência no mercado mundial, os países exportadores têm colocado taxas à exportação, criando dificuldades acrescidas no aprovisionamento do mercado. Prevê-se que venham a ser comercializados em 2009, 2 novos eventos de milho e mais 2 de soja e caso estes transgénicos não sejam aprovados pela EFSA rapidamente ou não venha a ser fixada uma tolerância (que defendemos seja de 0.9% como de resto já existe na Suíça), não



vai ser possível importar estas matérias-primas, pelo que a pecuária poderá entrar em colapso, com um sobrecusto estimado em 200 bilhões de €. De acordo com um estudo da DG AGRI, caso a Europa não tenha uma “sincronia” de aprovações com o mercado mundial – onde se produzem cada vez mais transgênicos, sobretudo na Argentina, Brasil e EUA –, as perdas de produção são da ordem dos 44% na avicultura e de 35% na produção de suínos. Para os bovinos, a quebra na produção líquida poderá ser da ordem dos 2.1%, as importações devem crescer 295.8% e as exportações serão reduzidas em 100%. Não teremos alternativas para a importação de 35 milhões de toneladas de soja, uma matéria-prima chave para a alimentação animal

Entretanto, assistimos a uma tendência de quebra nos preços na produção, de -5.2% nos bovinos (R3) para um aumento dos custos de 20.4% em 2007 e, nos suínos, uma quebra nos preços de 7% em 2007 para um incremento nos custos de 20.1%. Descapitalizada e sem condições de pagar os custos de alimentação, a pecuária está a ser financiada pela Indústria de alimentos compostos para animais que se confrontada com um acréscimo nas necessidades de fundo de maneio de 50% e prazos de recebimento entre 4 a 5 meses, o que representa um volume da ordem dos 350 milhões de €. Uma situação insustentável e que atingiu o limite

A não existirem quaisquer medidas, designadamente a introdução de uma tolerância na importação de transgênicos já autorizados pela EFSA mas que aguardam ainda a decisão do Conselho ou da Co-

missão e a aceleração dos processos de aprovação de novos eventos (15 meses nos EUA contra 30 meses na União Europeia); a fixação de uma taxa à exportação de cereais, um plano europeu de fomento à produção europeia de oleaginosas e proteaginosas que preveligie a alimentação animal e não os biocombustíveis, a utilização das farinhas de carne e osso (nos suínos e nas aves, naturalmente com a necessária avaliação dos riscos) até porque os fosfatos registam preços em alta, e uma estratégia que tenha em conta a reposição de stocks estratégicos, o Sector será confrontado com uma situação de falência, com as consequências sociais económicas que daí advêm.

"Há que apostar na noção de Fileiras, na contratualização das produções, nos produtos de inegável qualidade (...), indo ao encontro das necessidades dos consumidores e ganhando a dimensão competitiva para estar no mercado."

Em Portugal temos ainda o problema de não conseguirmos transpor estes preços para a pecuária e esta para os consumidores, devido em grande parte à concentração e eventuais abusos por parte das cadeias de distribuição. Este aspecto está a merecer a atenção do Parlamento Europeu e de alguns países europeus e devia ser rapidamente avaliado no nosso país. Se a União Europeia prosseguir esta política, agravada com o problema da relação

€/dólar, prejudicial às exportações europeias, se apostar na concorrência entre alimentação e energia, seremos confrontados com a falência da Fileira Pecuária, aumentando ainda mais a nossa dependência alimentar. Perdendo claramente competitividade, seremos então confrontados com importações de carnes, leite e ovos, provenientes de países terceiros, que não controlamos e com regras de produção bem menos exigentes que as que vigoram na União Europeia em termos de segurança alimentar, ambiente e bem-estar animal e onde os animais são alimentados com OGM, o que não deixa de ser uma situação bem caricata.

É então altura de questionar se os decisores políticos europeus querem manter e desenvolver as produções pecuárias no território da União Europeia ou se preferem apostar na importação de países como os EUA, Brasil ou Argentina, pondo em causa a auto-suficiência alimentar da Europa a sustentabilidade e sobrevivência do mundo rural no médio e longo prazo. No entanto, queremos acreditar que o bom senso tenderá a prevalecer e que ainda há espaço (e futuro) para produzir pecuária no nosso país. Há que apostar na noção de Fileiras, na contratualização das produções, nos produtos de inegável qualidade (muito para além dos produtos bio e das denominações de origem), indo ao encontro das necessidades dos consumidores e ganhando a dimensão competitiva para estar no mercado. A reestruturação é necessária e esse é um processo sem retorno. Apenas precisamos de um enquadramento favorável a essas mudanças...

O FIM DAS QUOTAS LEITEIRAS, PERIGO OU OPORTUNIDADE?



Carlos Oliveira
AJAM

O sistema de quotas leiteiras foi durante muito tempo uma medida que permitiu o equilíbrio entre a oferta e a procura, aplicando alguma contenção nos países da Comunidade Europeia (C.E.) principalmente nos mais competitivos e ao mesmo tempo uma protecção às regiões mais desfavorecidas onde a sua competitividade depende em muito da aplicação de medidas proteccionistas.

O cenário mais que provável de abolição do actual sistema de quotas direccionou a atenção dos países produtores de leite para os possíveis desenvolvimentos da situação, Portugal como produtor de leite não é de forma alguma alheio a esta condição. Resta-nos uma dúvida, deveremos encarar esta abolição como um perigo ou uma oportunidade?

O seu aparecimento certamente que

gerou as mesmas dúvidas. Na década de 60, a agricultura possuía um peso enorme na economia dos 6 países fundadores da C.E. (Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos), e assim surgiu a necessidade de criar uma política agrícola comum (PAC) entre estes países. A PAC tornou-se na mais antiga e mais integrada das políticas comuns e teve como objectivos principais assegurar o abastecimento regular de géneros alimentícios à população europeia e garantir aos agricultores um rendimento em conformidade com os seus desempenhos, baseada nos princípios da unidade dos mercados, na preferência comunitária e na Solidariedade financeira.

"Quem sabe se o medo de Portugal se tornar menos competitivo num cenário de abolição das quotas, não poderá tornar-se numa oportunidade de rejuvenescimento do sector?"

Os instrumentos da PAC adaptavam-se aos objectivos da década de 60 e traduzia-se numa política produtivista, fortemente proteccionista e sectorial. Contudo começaram a surgir os primeiros problemas nos anos 70-80, a oferta comunitária ultrapassou a procura e assim são gerados os primeiros excedentes, aumentam os custos orçamentais com medidas de intervenção e surge a necessidade de se efectuarem reformas nas estruturas agrícolas. Após a criação





de algumas medidas com impactes pouco significativos, e dado o crescente desequilíbrio entre a oferta e a procura, surge em 1984 uma medida que visava a limitação directa da produção, o regime das quotas leiteiras.

Portugal viria 2 anos depois a aderir à Comunidade Europeia e a adoptar este regime, em 1992. Embora que de modo diferenciado nas várias regiões do País, a produção de leite evoluiu tanto na qualidade como nas entregas de leite, as quais cresceram consideravelmente. As medidas adoptadas levaram ao desaparecimento de algumas explorações, houve uma reestruturação no sector mas surgiram também novas oportunidades.

Actualmente o sector está a tornar-se envelhecido e este é também um problema grave a resolver. Cada vez é menos aliciante à entrada de novos jovens, e aqueles que o fazem na sua maioria é para dar continuidade a um ofício de família. Mas não há mal que sempre dure, nem bem que sempre perdure...! Quem sabe se o medo de Portugal se tornar menos competitivo num cenário de abolição das quotas, não poderá tornar-se numa oportunidade de rejuvenescimento do sector?

A pressão competitiva, as imposições no cumprimento de regras ambientais e sanitárias e a necessidade de uma constante adaptação às no-

vas tecnologias e métodos de trabalho estão a levar ao abandono dos activos mais idosos e explorações de menor dimensão. E é aqui que talvez estejam as novas oportunidades, a aquisição de explorações (menos competitivas) poderá tornar-se mais acessível. As explorações pequenas poderão ser um bom ponto de partida para os jovens ganharem experiência, e para aqueles que já estão instalados o redimensionamento poderá possibilitar não só uma rentabilização dos encargos fixos, como também de uma forma indirecta os cativar ao permitir a colocação de mais mão-de-obra nas explorações e consequentemente a possibilidade de rotatividade em períodos de descanso.

"A pressão competitiva, as imposições no cumprimento de regras ambientais e sanitárias e a necessidade de uma constante adaptação às novas tecnologias e métodos de trabalho estão a levar ao abandono dos activos mais idosos e explorações de menor dimensão. E é aqui que talvez estejam as novas oportunidades..."

Se a abolição das quotas gerar uma crise, há que dar mais atenção aos chineses! Não por serem potenciais consumidores ou produtores, mas sim porque há quem defenda que na sua língua a palavra crise compõe-se por 2 caracteres, um que representa perigo e outro oportunidade...

A ALTA DOS CEREAIS E O FUTURO DA AVICULTURA EFICIENTE



Manuel Chaveiro Soares
Prof. Agregado pela UTL
Grupo Valouro

Nos últimos dois anos assistiu-se, a nível mundial, a um forte desequilíbrio entre a oferta e a procura de cereais e oleaginosas. Em consequência, os preços dos bens alimentares experimentaram uma subida substancial (o milho, por exemplo, passou de 120 para 260 euros por tonelada), sem que, todavia, tenham atingido, em dólares constantes, os máximos históricos registados nas décadas de 1970 e 1980.

O actual desequilíbrio decorre, por um lado, da quebra da produção, devida às secas prolongadas ocorridas na Austrália e noutros países e às políticas agrícolas seguidas na Europa e responsáveis pelo primeiro défice em cereais registado depois da Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, resulta do concomitante aumento da procura, devido à crescente produção de biocombustíveis, com relevo para o etanol produzido a partir do milho nos EUA (anote-se que um li-

tro de etanol contém menos energia do que a utilizada na sua produção) e, muito especialmente, à melhoria substancial da dieta alimentar das populações da Ásia emergente. De facto, as altas taxas de crescimento económico alcançadas na China e na Índia têm-se reflectido na subida do poder de compra e as respectivas populações tendem prontamente a adoptar uma balança alimentar semelhante à dos ocidentais, mormente no que concerne ao incremento da componente de origem animal (carne, leite, ovos) e, por conseguinte, pressionam a subida do preço dos cereais e das oleaginosas utilizados em alimentação animal.

A actual situação, atrás descrita a traços largos, é verdadeiramente dramática para muitos países em desenvolvimento, designadamente em África, que sofrem problemas de subnutrição gravíssimos.

Mas, por outro lado, irá certamente estimular a produção de cereais e oleaginosas, bem como a produção animal em moldes eficientes.

No caso português, antevejo que a subida do preço dos cereais irá promover a produção de milho, em que somos competitivos mas ainda altamente deficitários, e favorecerá a produção avícola, dada a elevada eficiência com que as aves transformam as matérias-primas vegetais (milho, soja) em produtos de origem animal de relevante interesse (carne magra, ovos), com sublinhado para o alto valor biológico das suas proteínas, as apreciadas propriedades organolépticas, facilidade de confecção e custo razoável.

A referida eficiência alimentar resulta, primordialmente, dos notáveis progressos obtidos, após a Segunda Grande Guerra, no melhoramento genético das aves, quer de aptidão carne quer de vocação ovopoiética. Em ambos os segmentos avícolas, o melhoramento foi dirigido fundamentalmente no sentido de diminuir as despesas nutritivas de conservação relativamente às de produção. No primeiro caso, o referido objectivo foi atingido sobretudo através da selecção das aves mais vorazes, que por isso acusam maior velocidade de crescimento, de modo que atingem determinado peso vivo à idade de abate em menos dias, destinando assim uma menor proporção do alimento ingerido para suprir as necessidades de conservação da ave (frango, peru, pato). No segundo caso, a maior eficiência alimentar foi conseguida seleccionando aves com baixo peso vivo e elevada produtividade, tendo em vista igualmente diminuir a proporção do alimento ingerido destinada às despesas de manutenção da galinha poedeira.

Deste modo, a moderna avicultura revela-se muito eficiente, beneficiando de vantagens comparativas nas vertentes económica e ambiental: menor ingestão de ração por kg de aumento de peso vivo (ou por kg de ovos produzidos) corresponde a menores custos de produção e menores impactos ambientais, em termos de inputs e de outputs. De salientar que a referida vantagem comparativa de índole económica é tanto maior quanto mais elevados forem os preços dos cereais e das oleaginosas.

Resumidamente e de forma simples, pode-se afirmar que a produção avícola eficiente é amiga do ambiente e também da saúde e do bolso dos consumidores.

Todavia — importa considerar —, a economia portuguesa é aberta à concorrência europeia (mas não completamente à de países terceiros, onde as condições de produção não são comparáveis), pelo que só as empresas eficazes e com economias de escala se revelam capazes de ombrear com as suas congéneres europeias. Ora, verifica-se que em Portugal existem na área avícola empresas competitivas à escala europeia e que por isso asseguram o auto-aprovisionamento do País em carne de aves e em ovos de consumo — uma situação que no nosso sector agrícola só é conseguida também nos domínios do leite e do vinho. Não se estranhará pois que o maior grupo privado português da área agro-alimentar actue predominantemente na fileira da carne de aves — que, talvez seja pertinente relevar, não beneficiou de apoios comunitários à produção.

A concluir, podemos sublinhar que em Portugal existem empresas avícolas que não receiam a concorrência a nível europeu, sendo que algumas já se encontram implantadas também no estrangeiro, nomeadamente em Espanha, colocando-se assim mais próximo de um grande mercado em crescimento (para onde também já exportam) e onde a burocracia é mais simplificadora e célere, o que a meu ver irá impulsionar uma maior internacionalização de algumas empresas avícolas portuguesas.



VALE A PENA INVESTIR EM SUINICULTURA?



José Paulo Lobo
Eng.º Zootécnico

A produção suína nacional compete hoje num mercado muito concorrencial e profundamente integrado da EU, onde a busca da competitividade tem levado ao longo do tempo a um movimento de dupla concentração, estrutural e geográfica.

De todas as actividades pecuárias, a suinicultura é porventura a que mais se aproxima da indústria de capital intensivo.

O sector encontra-se actualmente imerso numa crise de enormes proporções, com dimensão imprevisível. Atinge todos os produtores europeus, sendo unânime a classificação de maior crise dos últimos 30 anos. Esta crise assenta na sobreposição de duas crises. A primeira, do preço do porco, é sectorial, cíclica e tem origem na sobreprodução comunitária com sérias dificuldades exportadoras face à actual valorização do euro. A segunda, muito mais complexa e

transversal a toda a pecuária, assenta na vertiginosa subida dos preços das matérias primas agrícolas, tendo origem no enorme desfasamento oferta/procura a nível global, agravada de forma virulenta pela política alucinada dos países desenvolvidos em relação aos biocombustíveis.

É hoje evidente que a estratégia agrária restritiva, seguida pela comunidade nas últimas décadas, pode ser resumida como um enorme erro de cálculo! Veremos como se corrigirá e a que custos.

O crescimento mundial do sector alimentar tem sido extraordinário e vai continuar. Segundo a FAO nos últimos 37 anos a população mundial duplicou e o consumo alimentar triplicou. De 1980 a 2004 a produção mundial de carne passou de 50 a 150 milhões de ton. Deverá aumentar mais 110 milhões até 2030. A carne de suíno representa 40% da produção global.

Neste momento a interrogação principal é: Vale a pena resistir? Pensamos que é uma obrigação, pois o mercado global existe e vai crescer. Se vale a pena investir? É seguramente também o caminho dos sobreviventes, já que mais uma vez o mercado encontrará o equilíbrio, sacrificando os mais débeis e permitindo aos mais competitivos a recuperação da rentabilidade, numa conjuntura de preços dos bens alimentares muito mais elevada.

Uma das maiores, se não a maior condicionante exógena ao investimento no sector tem sido a imposição de regulamentação ambiental, absolutamente necessária, mas que

tem levado à estagnação e bloqueio do crescimento, impedindo o licenciamento de novas explorações e a reclassificação das existentes.

Se por um lado a concentração de explorações em determinadas zonas geográficas, pode permitir encarar soluções colectivas de tratamento de efluentes mais ou menos integradas em sistemas de tratamento de efluentes de outros sectores, seria de todo desejável que este sector se pudesse deslocalizar para o interior do País, onde a pressão populacional é muito menor e muitas vezes a carência de matéria orgânica na composição do solo é um factor limitante da produtividade agrícola.

Do ponto de vista da conservação dos recursos naturais e desenvolvimento sustentável, é um paradoxo despender energia para destruir um produto valorizável como fertilizante, utilizando em sua substituição fertilizantes minerais produzidos pela indústria petroquímica com o correspondente consumo de energia fóssil.

Esta migração iria aumentar a segurança sanitária. A segurança sanitária é hoje o factor fulcral que permite ou limita o acesso aos mercados em economia liberalizada. O País beneficiaria do ponto de vista do desenvolvimento interior e da sustentabilidade ambiental no litoral. É pois justo que tais benefícios sejam convertidos, pelos poderes públicos nacionais, em fortes apoios aos agentes económicos que promovam a deslocalização interna. A isto chama-se ordenamento do território e todos sentimos que nada tem sido feito!

PAC: SIMPLES RETOQUE OU NOVA REFORMA?

O debate sobre o futuro da Política Agrícola Comum (PAC) está de novo na ordem do dia.

Depois de, no final do ano passado, a Comissão Europeia ter posto em discussão um documento de orientação sobre o que convencionou designar por "health check da PAC" (balanço ou verificação do estado de saúde) e do Parlamento Europeu ter reagido com um amplo debate e tímidas propostas no primeiro trimestre deste ano, está a chegar a hora da apresentação do pacote legislativo sobre as mudanças que a Comissão quer ver introduzidas na Reforma de 2003 da mais antiga política comunitária.

A Comissão Europeia apresentará a sua proposta a 20 de Maio e o Parlamento já definiu o seu calendário de trabalho por forma a que a sua posição seja adoptada em Novembro na sessão plenária de Estrasburgo, cabendo a decisão final à formação agrícola do Conselho, em Dezembro, na sua última reunião sob Presidência Francesa.

A tese que a Comissão pretende transmitir é de que se trata apenas de introduzir pequenos ajustes no actual modelo da PAC cuja vigência está prevista até 2013.

Contudo, o que estará em causa até ao final do ano, para além desses "ajustes" será a predefinição do modelo de agricultura para o período pós 2013. Não é por acaso que a França elegeu o tema como uma das principais prioridades da sua presidência.

Tanto mais que, se o Tratado de Lis-

boa for ratificado por todos, a partir de 1 de Janeiro de 2009 o Parlamento Europeu assumirá em pleno o poder de co-decisão em matéria agrícola, em pé de igualdade de com o Conselho, sendo portanto mais difícil qualquer acordo numa questão que sempre tem sido de grande polémica e sensibilidade política. Convém não esquecer que está em causa a chave de repartição da (quase) maior fatia do orçamento da U.E, mais de 40% do total, qualquer coisa como cerca de 45 mil milhões de euros por ano.

Num contexto marcado por uma incontornável inserção da agricultura europeia no mercado mundial, por profundas alterações nos preços de alguns produtos agrícolas, com especial destaque para os cereais, e de forte aperto financeiro (menos dinheiro no orçamento comunitário para repartir por mais Estados Membros), a Comissão quer levar tão longe quanto possível as linhas orientadoras Reforma de 2003.

"o que estará em causa até ao final do ano,(..) será a predefinição do modelo de agricultura para o período pós 2013."

Isto é, propõe mais liberalização, menos instrumentos de mercado (intervenções, armazenagens, restituições à exportação, fim das quotas leiteiras, etc...), mais desligamento das ajudas, desejavelmente total em todas as actividades, mas, ao mesmo tempo medidas que parecem introduzir maior justiça e equidade entre agricultores, regiões e Estados Membros como sejam fim do critério histórico, para



Capoulas Santos

Deputado Europeu

Coordenador do PSE para os assuntos agrícolas

distribuição das ajudas aos agricultores, que cada dia se torna mais difícil de justificar e maior transferência de verbas do primeiro ("ajudas directas") para o segundo pilar, ("desenvolvimento rural"), através de mecanismos de "modulação".

Com o recente (e surpreendente) brusco aumento dos preços dos bens alimentares, em particular dos cereais, o debate em torno do "Health Check" assumiu uma reforçada atenção. O Presidente da República reclamou um amplo debate em Portugal e o Governo já anunciou a convocação dos Estados Gerais da Agricultura, a exemplo do que está a ocorrer em França.

Chegou o momento de, finalmente, reformar a PAC a sério ou, como deseja a Comissão e mais ainda uma larga maioria no PE, mudar, simplesmente para que tudo fique na mesma?

PRODUÇÃO DE CEREAIS

Várias ocasiões, ao longo da história, o mundo tem sido abalado por teorias em volta da fome e produção de alimentos. No final do século XVIII – (1798) o sacerdote e economista britânico Thomas Malthus concluiu na sua obra “Ensaio sobre o princípio da população”, que a miséria é consequência da desproporção entre o crescimento da oferta de alimentos e o da população.

De acordo com esta teoria, a produção de alimentos cresceria em progressão aritmética, enquanto a população aumentaria em progressão geométrica, conduzindo assim a inevitáveis crises de fome no mundo. Malthus era um pessimista que considerava a pobreza como um destino ao qual o homem não podia fugir.

Até hoje essas previsões catastróficas têm sido sempre contrariadas, quer através do aumento da área de terras cultivadas quer através da aplicação de inovação nos sistemas de cultura de espécies agrícolas, de que são simples exemplos a introdução dos fertilizantes químicos, da rotação de culturas, dos semeadores e ceifeiras debulhadoras e tantas outras.

No entanto, o que temos mais presente são os resultados da denominada Revolução Verde, que aconteceu no último meio século. Nesse período, enquanto a população mundial duplicou, a produção de alimentos triplicou. A Revolução Verde que teve como principal protagonista o Dr. Norman Borlaug, assenta no uso



de variedades melhoradas de trigo, milho e arroz que têm sido extensivamente usadas em todas as regiões do globo e principalmente naqueles onde o espectro da fome pairava com maior gravidade, nomeadamente, em países da Ásia como Índia, Paquistão, China e da América Latina como Argentina e Brasil.

Norman Borlaug, actualmente com a idade de 93 anos e ainda activo na luta contra a pobreza, foi melhorador de trigo no Centro Internacional de Melhoramento de Milho e Trigo (CIMMYT) sediado no México, foi agraciado com o Prémio Nobel da Paz em 1970.

Portugal, através da Estação Nacional de Melhoramento de Plantas – Elvas, foi o primeiro país da Europa a introduzir e divulgar os trigos da Revolução Verde. Desde a década de setenta que os nossos agricultores semeiam com manifesto entusiasmo, variedades de trigo com origem no CIMMYT e seleccionadas em Elvas. Actualmente motins de fome em várias regiões, voltam a por em evidência as teorias mais catastróficas, afirmando a ONU que estamos perante a pior crise dos últimos 30 anos.

Uma curiosa conjugação de factores que se segue a um período longo de preços artificialmente baixos, resultou no desequilíbrio actual entre oferta e procura de cereais.

Do ponto de vista conjuntural resultando numa crise de carácter reversível, assistiu-se nos últimos 2-3 anos

a situações de seca de que foram exemplo as 2 últimas campanhas da Austrália, inundações e desvio de cereais para biocombustíveis. No entanto, a crise actual toma contornos

"Para Portugal a atitude mais coerente será fomentar a introdução de medidas que promovam o desenvolvimento sustentável dos sistemas de produção, investindo em acções integradas que visem a valorização dos recursos naturais ao invés da promoção de culturas isoladas. Esta atitude tem de ser acompanhada por investimentos em investigação científica que conduza à inovação e desenvolvimento nos sistemas, numa óptica de eficiência do uso dos diferentes factores de produção, nomeadamente a água."

estruturais como consequência do aumento exponencial do consumo, resultado da mudança de hábitos alimentares nas economias emergentes da Índia e da China, que conduziram a uma explosão da procura sem que a oferta pudesse acompanhar. Nesses países a urbanização da sociedade e aumento dos rendimentos têm levado a crescentes consumos de carne, para cuja produção são necessários cereais.

A maior parte dos indicadores mostram para 2008 e 2009 a continuação da especulação em volta dos preços dos cereais com países como o Japão ou a Índia, a introduzir nos seus esquemas de stocks grandes

quantidades de grão.

Por outro lado, a pressão ambientalista exercida sobre os governos dos países ocidentais, obrigou à adopção de algumas medidas desencorajadoras da produção e também de desvio de cereais para a produção de biocombustíveis. A própria PAC, tem nalgumas circunstâncias, cedido a esse condicionamento sendo as restrições ao uso de variedades transgénicas, o exemplo mais claro dessa atitude.

Mas a grande lição que se pode aprender com a situação actual, e que permitirá decerto, mais uma vez, contrariar as teorias Malthusianas, é a oportunidade de o Sector Agrícola se afirmar de novo, como uma prioridade mundial.

Para Portugal a atitude mais coerente será fomentar a introdução de medidas que promovam o desenvolvimento sustentável dos sistemas de produção, investindo em acções integradas que visem a valorização dos recursos naturais ao invés da promoção de culturas isoladas. Esta atitude tem de ser acompanhada por investimentos em investigação científica que conduza à inovação e desenvolvimento nos sistemas, numa óptica de eficiência do uso dos diferentes factores de produção, nomeadamente a água.

Na cunicultura

JOVEM EMPREENDEDOR

Nome José Carlos Teixeira

Idade 39 anos

Estado Civil Casado

Habilitações Técnico Agrícola

Habilitações relacionadas

com a actividade Participação em congressos do sector

Ano de Instalação 1992

CARACTERIZAÇÃO GENÉRICA DA EXPLORAÇÃO

A exploração situa-se na região de Trás-os-Montes, no coração da terra quente (Frechas-Mirandela). Uma região com alguma importância agrícola, nomeadamente no olival e na agricultura familiar.

SAU: 2 ha

Área coberta: 3.500 m²

Especialização Produtiva: Coelhos

Efectivo: 2.500 Fêmeas

Mão-de-obra Permanente: Familiar (o próprio, mulher) e um trabalhador efectivo.

ENTREVISTA

1 – Quais os motivos que o levaram a enveredar pela actividade agrícola?

O gosto pela agricultura, nasceu bem cedo, por este motivo quis frequentar uma escola agrícola onde fiz o curso (Escola Agrícola de Carvalhais - Mirandela).

Com o aparecimento das ajudas comunitárias decidi investir no sector pecuário, fazendo aquilo que mais gosto.

2 – Principais dificuldades sentidas antes da instalação, quando da

instalação e actuais?

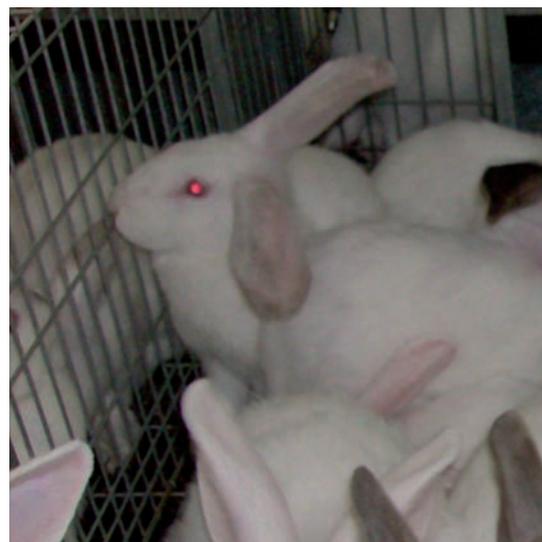
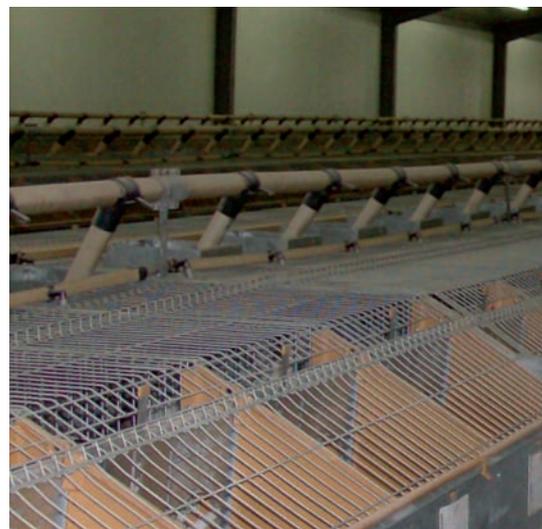
Tratando-se de um investimento de 25.000 contos na altura, houve dificuldades financeiras, nomeadamente em arranjar uma entidade bancária para fazer a garantia para o IFADAP por ser uma exploração pequena tive dificuldades de mercado (mercado nacional) até atingir uma capacidade que me permitiu começar a exportar toda a produção para o mercado Espanhol.

3 – Tendo por base a sua experiência quais são os factores de sucesso das primeiras instalações?

Sendo a cunicultura uma actividade de alto risco, onde se sofre todos os dias, é determinante o empenhamento, a dedicação o espírito de sacrifício do dia a dia, o abdicar de algumas coisas para estar sempre atento ao aparecimento de novas técnicas e obviamente participar em congressos onde estão as sumidades do sector.

4 – Perspectivas de introdução de alterações na exploração a médio e longo prazo

Face à globalização de mercados e estando esta exploração virada para o mercado externo, é efectivamente necessário o aumento da competitividade. Devido aos aumentos sucessivos das rações, as margens ficam cada vez mais pequenas, e consequentemente têm aumentado os custos de produção, para inverter esta tendência vou fazer investimentos na ampliação da exploração introduzindo mais 500 fêmeas e a nível de energias renováveis nomeadamente painéis solares, sendo a exploração toda automatizada e com ventilação forçada a electricidade é um custo





fixo muito elevado.

5 – Procedeu a estudos de mercado por forma a avaliar a capacidade de escoamento do(s) produto(s)?

Não, porque só havia 4 matadouros no país para comprar, aquilo que fiz foi encontrar um que me garantisse o escoamento do produto.

6 – Acompanha o desenvolvimento das Novas Tecnologias de Comunicação, numa perspectiva de proceder à sua introdução na exploração?

Dentro dos possíveis estou atento e acompanho as novas tecnologias.

7 – Quais foram as preocupações ambientais presentes aquando da elaboração do projecto de instalação e de que forma são actualmente integradas as questões ambientais na sua exploração?

As questões ambientais estão salvaguardadas desde o início do investimento, até porque temos de obedecer a projectos de licenciamento camarários, onde são prioritários os impactos ambientais e bem estar animal.

UMA PALAVRA DE UM JOVEM PARA OS JOVENS

Essencialmente uma palavra de confiança, é preciso desfazer o mito que só vai para a agricultura quem não sabe fazer mais nada, o sector agropecuária precisa de gente jovem e com dinamismo. O sector cunícula é uma actividade de alto risco e muito exigente, quer ao nível técnico quer de vigilância permanente. São investimentos de valor elevado, como tal que ponderem bem os investimentos antes de os começar, analisem bem o nível das ajudas, porque não são só facilidades.

A MONITORIZAÇÃO DA ÁGUA DE REGA E AS SUAS VANTAGENS PARA AS CULTURAS E PARA O AGRICULTOR

O valor da eficiência do uso da água, ao nível da agricultura de regadio, andar, em termos globais, pelos cerca de 58 %, considerando as redes de transporte e distribuição da água – canais e tubagens – e as redes de aplicação de água – sistemas de rega ao nível da exploração agrícola, pretendendo-se, de acordo com o Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água, passar para 66 % num prazo de 10 anos.

A eficiência do uso da água na agricultura, tem a ver com “perdas de água” que não será, na sua grande maioria, utilizada no local em que era pressuposto ser usada. Contudo, se se pensar em termos globais, como por exemplo ao nível de uma bacia hidrográfica, grande parte desta água que se “perde” é reaproveitada, ainda com fins agrícolas, ambientais, ou outros, em zonas diferentes, pelo que, quando se fala em eficiência global há que perceber de que se está a falar.

À eficiência do uso da água que, se se pensar apenas ao nível da exploração agrícola, deverá ser a mais elevada possível, já que toda a que se perde representa, em termos económicos e ambientais, um prejuízo para o empresário agrícola, haverá que adicio-

nar um outro conceito que é a – Uniformidade de aplicação da água.

A uniformidade de aplicação tem a ver com a água que chega a todas as plantas que se pretendem regar. O que qualquer sistema de rega deve garantir é que a maior área possível receba a mesma quantidade de água. Tal como com a eficiência, pretende-se que a uniformidade seja o mais alto possível, podendo referir-se, como indicação, que a uniformidade deverá sempre ser superior a 85-90 %, ou seja, apenas 10 a 15% receba um volume de água superior ou inferior ao que se pretende aplicar.

A eficiência e a uniformidade da água de rega são indicadores que o gestor da rega usa para, de algum modo, controlar a eficácia da gestão da rega. A gestão da rega é feita com base nas necessidades em água das culturas, sendo a decisão sobre a data e o volume de água a aplicar em cada rega, tomada em função da água disponível no solo, o que poderá, e deverá, ser feita recorrendo ao balanço hídrico do solo.

O balanço hídrico do solo, dito de uma forma muito simples, não é mais de que fazer algo similar ao controlo

que se faz de uma conta bancária, ou seja, em que se controlam as entradas de água no solo (precipitação e rega) e as saídas (consumo da cultura – evapotranspiração – e evaporação do solo), e, em função deste balanço, decidir sobre a oportunidade da rega.

Como se depreende, esta decisão que parece ser fácil, tem alguma dificuldade, sendo de destacar um conjunto de incertezas com que se tem de trabalhar, nomeadamente: 1) o consumo de água das culturas é feito com base em dados meteorológicos e dados relacionados com o estado vegetativo da cultura em cada momento, 2) o volume de água aplicado em cada rega é feito em função do caudal que se pressupõe ser debitado pelo aplicadores de água (aspersores, microaspersores, gotejadores, caudal no sulco, etc.

Assim sendo, as decisões tomadas com base nestes valores poderão ser menos correctas, se o sistema de rega estiver a funcionar mal, ou se a cultura, por motivos de deficiente fertilização, doença ou praga instalada, stress hídrico, etc. não estiver no estádio que se pensa estar.

Por estas razões, e embora a técnica do balanço hídrico seja uma ferra-



menta com uma utilidade bastante grande, tanto mais que existem hoje em dias meios informáticos, alguns dos quais disponibilizados na Internet, como os do COTR (www.cotr.pt/sagra.asp), a decisão de regar necessita de ser complementada com outros meios que ajudem a ajustar os parâmetros de decisão citados anteriormente.

Entre esses meios poderão citar-se os que se referem à monitorização do estado de disponibilidade da água para as plantas. Destes, podem citar-se os que monitorizam a água no solo (tensiómetros, "watermaks", sondas capacitivas, etc.) e os que monitorizam a água na planta (câmaras de pressão, dendrómetros, etc), para falar apenas naqueles que, de um ponto de vista prático, mais facilmente poderão ser usados pelos agricultores, ou pelos técnicos dos Serviços de Assistência Técnica ao Regante – SATR – que poderão ajudar os agricultores.

Apesar dos cuidados que há que ter, quer com a utilização destes equipamentos, quer com a representatividade dos dados, se usados correctamente, e em complemento da técnica do balanço hídrico, eles poderão ser uma ferramenta muito poderosa para ajudar o agricultor a tomar decisões correctas e a gerir de uma forma correcta o factor de produção – água.

Será de realçar a importância crescente que estas técnicas têm já hoje e vão ter, em termos de futuro, tanto mais que a água, apesar de nos dias que correm ser ainda barata e mais ou menos abundante, tudo leva a indicar que, num futuro breve, passará a ser bastante cara e escassa na maioria das zonas. Se a estes factos se adicionar as penalizações a que os utilizadores

da água na agricultura poderão vir a estar sujeitos relativamente à eventual degradação da qualidade da água que possa ocorrer com os escoamentos que eventualmente se verifiquem para fora da exploração agrícola, ou por infiltração profunda derivados da rega, mais se reforça a necessidade de rapidamente os agricultores, em termos individuais, ou em torno dos SATR comecem a optar por técnicas de gestão e monitorização da água de rega que ajudem a racionalizar o consumo de água, ou seja, a dar à planta a quantidade de água certa no momento exacto, possibilitando, assim, rendibilizar a actividade económica da exploração agrícola, minorando os impactes negativos desta actividade em termos ambientais.

Para complementar esta actividade,

"O que qualquer sistema de rega deve garantir é que a maior área possível receba a mesma quantidade de água."

começam, hoje em dia, a aparecer novas técnicas que ajudarão, num futuro muito próximo, a melhoria da tomada de decisões. Entre essas técnicas poderão referir-se as baseadas em imagens de satélite que possibilitam a construção de imagens que descrevem e quantificam, ao nível da exploração agrícola, ou ao nível de um perímetro hidroagrícola, o consumo e a variabilidade no espaço, desse mesmo consumo entre as diversas culturas e dentro da mesma cultura.

Actualmente surge no conceito de agricultura de precisão ao nível da exploração agrícola, o potencial da utilização integrada desta rede de

sensores e técnicas de monitorização citados anteriormente, associado a comunicações sem fios num sistema de informação que suporte, no campo ou no escritório, a tomada de decisão do empresário agrícola em tempo real.

Como se vê, a técnica vai evoluindo no sentido de disponibilizar meios que permitam a agricultor realizar e a manter a sua actividade de regadio de um modo económico, tendo em conta as restrições crescentes a que está sujeito. Contudo, e a par desta evolução técnica, não se poderá esquecer que, ela só será efectiva, se se cuidar da evolução técnica do próprio agricultor, ou seja, se ele estiver em pé de igualdade, em termos de conhecimento, com as ferramentas de que dispõe. Para isso é fundamental que seja incentivado o aparecimento de serviços de assistência técnica e extensão rural ao nível do regadio que devem ser implementados por associações/cooperativas, de forma a apoiar os produtores na aplicação de técnicas de monitorização/gestão da água, mantendo-os bem informados e melhor capacitados para se desenvolverem no mercado globalizado. O COTR desde algum tempo tem vindo a procurar sensibilizar as associações e nomeadamente ao nível dos órgãos de decisão do Ministério da Agricultura para a necessidade de implementação destes serviços.

O VALOR DA INFORMAÇÃO

Gerir uma exploração leiteira com algumas dezenas de vacas em produção, implica trabalhar com um manancial de informação, que na maior parte dos casos passa despercebida ao responsável pela gestão da exploração.

Se os conhecimentos técnicos da esmagadora maioria dos criadores não se colocam em causa, o mesmo não se pode dizer do trabalho de gestão técnico-económico desenvolvido nas explorações. Um mapa de estábulo, bem organizado e actualizado é uma ferramenta indispensável no manejo reprodutivo e sanitário da exploração leiteira. Mas, uma empresa bem gerida exige muito mais informação do que aquela que é fornecida por um simples mapa de estábulo.

Actualmente, não podemos ficar por calendários com as datas previstas dos partos, das secagens ou cios. Precisamos de muito mais. Para que serve fazermos contrastes leiteiros, se a informação da produção e qualidade do leite de cada vaca, fica limitada a registos em folhas de papel que muitas vezes nem são consultados pelo agricultor? Para que servem os registos das doenças e medicamentos utilizados em livros de papel, se depois essa informação não pode ser trabalhada estatisticamente.

Toda esta informação preciosa, serve para muito pouco se estiver morta no papel. É preciso transpô-la para um suporte onde se possa ter acesso imediato ao tratamento estatístico da informação e a listagens úteis para o trabalho diário na exploração. É preciso dar vida à informação! E isso faz-se com o recurso aos computadores e a programas informáticos, que a título de exemplo, permitem rapidamente saber qual o lucro (ou prejuízo) que uma vaca deu no fim da lactação ou se é mais rentável prolongar os dias de lactação, ou reduzir o intervalo entre partos, para aproveitar os dias de vida útil do animal, para ter o maior número de lactações possíveis.

Engana-se quem pensa que terá de passar horas a fio em frente a um computador, para fazer o registo de toda esta informação. Com o recurso a um simples computador de bolso, PDA ou Pocket PC podem-se fazer todos os registos e consultar muita informação. Uma mamite detectada durante a ordenha pode ser imediatamente registada, assim como o tratamento utilizado.

A informática aplicada ao sector leiteiro, é uma ferramenta de gestão indispensável no presente e será cada vez mais no futuro. Existem aplicações informáticas em constante desenvolvimento. A informática chegou para simplificar o trabalho do gestor da exploração e não para complicar. É deste ponto de vista que deve ser encarada, e desmistificada.

Sem o histórico de tudo o que se passa na exploração, não é possível planear e rentabilizar o trabalho. Quem souber recolher e trabalhar com proveito a informação que todos os dias “passa” na sua exploração leiteira, seguramente estará muito melhor preparado para enfrentar os desafios que se adivinham.

A informação é preciosa, mas temos-lhe dado muito pouco valor!

Jorge Maia
Engº Zootécnico

ISAGRI, o seu parceiro informático!

Com Isaleite/Isacarne :

- > Simplifica as suas obrigações administrativas (Livro de Existências, Declarações 255 e 253, Livro Sanitário, Rastreabilidade)
- > Melhora a gestão técnica e económica do seu efectivo (Genealogia/Genética, Reprodução, Sanitário, Prod. Leiteira, Alimentação, Crescimento)

Quais os tratamentos a realizar?

INÉDITO em agricultura

O seu Agri-Pocket fala consigo!

Uma novidade ISALEITE

- > Sem qualquer manipulação o Agri-Pocket reage à sua voz
- > Coloca uma questão simples e obtém uma resposta oral do seu Agri-Pocket
- > Ligado ao Isaleite este sistema facilita, a pesquisa de informações sobre um animal, informações do planing



ISAGRILUSO - Informática Agrária, LDA
Sede: Rua dos Salazares, 842 - 4149-002 Porto
Telf: +351 225 322 000 - Fax: +351 226 177 662
www.isagri.com - portugal@isagri.com

ISAGRI
L'informaticque à portée de main!

O NOVO QUADRO DE APOIO À INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES

Finalmente a publicação da Portaria que determina o quadro de apoio aos jovens em regime de primeira instalação, que surge com diferenças significativas relativamente ao quadro precedente, as alterações mais relevantes são as seguintes:

- O candidato deverá possuir a escolaridade mínima obrigatória (9º ano);
- A capacidade profissional adequada, ora a aptidão e a competência profissional adequada, caso o candidato não detenha formação superior na área agrícola ou o curso de empresário agrícola, é adquirida de forma modular e depende essencialmente do nível de escolaridade, da formação na área agrícola e da experiência agrícola de pelo menos três anos. Atente-se que a formação poderá ser adquirida nos 36 meses, a contar data

de celebração do contrato de financiamento.

- Não existe diferença entre regiões desfavorecidas e regiões não desfavorecidas, ou seja o valor do prémio e o incentivo ao investimento assumem para ambas as regiões igual valor.
- O Jovem Agricultor poderá exercer a actividade agrícola cumulativamente com o exercício de uma outra profissão.
- A definição de Jovem Agricultor para beneficiar do apoio previsto na Acção 1.1.3 é o agricultor que tem mais de 18 e menos de 40 anos à data de apresentação do pedido.

Principais linhas do actual quadro de apoio aos Jovens em regime de primeira instalação

A Acção 1.1.3 “Instalação de Jovens

“Agricultores” integrada no Subprograma nº 1 “Promoção da Competitividade” do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente – PRODER contempla a concessão de um prémio à instalação do valor de 40.000 euros sob a forma de subsídio não reembolsável.

Beneficiários

Podem beneficiar do prémio à primeira instalação

- Os Jovens Agricultores que se instalem, pela primeira vez, numa exploração agrícola nos seis meses anteriores à data de apresentação do pedido de apoio.
- As pessoas colectivas que revistam a forma de sociedade por quotas com a actividade agrícola como objecto social, desde que os sócios gerentes que sejam deten-

Requisitos mínimos da aptidão e competência profissional adequada

Candidato				Plano de Formação			
Escolaridade		Experiência		Formação Básica de Agricultura (48 horas)	Formação Específica para a orientação produtiva da instalação (60 horas)	Formação de Gestão da Empresa Agrícola (45 horas)	Componente prática em contexto empresarial (60 horas)
Nível	Área Agrícola	Experiência agrícola de pelo menos três anos	Experiência na área de actividade da 1.ª Instalação				
Candidatos com escolaridade igual ou inferior ao 12ºano	Não	Não		Deve cumprir	Deve cumprir até 60 horas	Deve cumprir	Deve cumprir
	Não	Sim			Deve cumprir até 60 horas	Deve cumprir	Deve cumprir
	Não	Sim	Sim		Deve cumprir	Deve cumprir	
	Sim	Não			Deve cumprir	Deve cumprir	Deve cumprir
	Sim	Sim			Deve cumprir	Deve cumprir	Deve cumprir
Candidatos com escolaridade de nível igual ou superior ao 12ºano e níveis de qualificação 3, 4 e 5 (Doutoramento, Mestrado, Licenciatura, Bacharelato, CET, Técnico de nível 3)	Não	Não		Deve cumprir	Deve cumprir até 60 horas	Deve cumprir	Deve cumprir
	Não	Sim			Deve cumprir até 60 horas	Deve cumprir	Deve cumprir
	Não	Sim	Sim			Deve cumprir	
	Sim						
Candidatos com curso de empresário agrícola homologado pelo MADRP, independentemente dos níveis de escolaridade e dos níveis de experiência				Reúnem os requisitos de aptidão e competência profissional adequada não sendo necessária formação obrigatória			

tores da maioria do capital social tenham mais de 18 e menos de 40 anos à data de apresentação do pedido, e se instalem pela primeira vez como tal.

Critérios de elegibilidade

- Possuir o 9º ano de escolaridade;
- Possuir a aptidão e competência profissional adequada de acordo com os requisitos mínimos definidos no Quadro abaixo, todavia poderão adquirir, no prazo de 36 meses, a contar da celebração do contrato de financiamento, a aptidão e competência profissional adequada;
- Deter a titularidade da exploração agrícola objecto da primeira instalação;

• Deter um sistema de contabilidade organizada, ou um sistema de contabilidade simplificada, aplicado nos termos das normas RICA, ou outros equiparados e reconhecidos para o efeito.

Os candidatos devem apresentar um Plano Empresarial relativo a um período de cinco anos com coerência técnica, económica e financeira para uma exploração que apresente viabilidade económica, bem como um Plano de Formação com a identificação da formação necessária para adquirir a aptidão e competência profissional adequada quando, à data da apresentação do pedido de apoio, o candidato não a possuir, bem como da formação complementar de interesse relevante para o exercício das actividades da exploração agrícola.

Os jovens em regime de primeira instalação podem beneficiar de ajudas ao investimento enquadradas na Acção 1.1.1 “Modernização e Capacitação das Empresas”. Se o plano empresarial incluir investimentos enquadráveis na acção 1.1.1 os pedidos de apoios deverão ser apresentados em simultâneo.

Acção 1.1.1 – “Capacitação e Modernização das Empresas”

Apoio ao Investimento

Montante mínimo de investimento elegível de 25.000 euros, sendo o limite máximo de apoio de 500.000 euros.

Os apoios são concedidos sob a forma de subsídios não reembolsáveis, de acordo com os níveis máximos estabelecidos no Quadro seguinte.

Componente 1 - Investimentos em explorações agrícolas para a produção primária de produtos agrícolas

Tipologia dos investimentos	Nível base dos apoios em percentagem do CTE		Majorações em percentagem do CTE					
	€ 25 000 < CTE ≤ € 100 000	CTE > € 100 000	Fileira Estratégica		Zona Desfavorecida (b)	Jovem Agricultor	Jovem Agricultor em regime de 1ª instalação (b)	
			€ 25 000 < CTE ≤ € 100 000	CTE > € 100 000				
Investimentos específicos	25	30	10	10	5		10	
Outros investimentos	15	20	5	10	5		10	
Casos Particulares:								
Materiais	*Investimentos em equipamentos de monitorização da qualidade e quantidade da água de rega	40	40			10	10	
	*Investimentos para a utilização de sub-produtos e resíduos agro-pecuários provenientes da actividade objecto de apoio, tendo em vista a respectiva valorização, incluindo a produção de energias renováveis	40	40			10	10	
	*Investimentos de carácter ambiental	35	40			5		10
Imateriais	Estudos, Assessorias e Outros	35	35			5		10
	Formação (a)	75	75					

(a) Formação: Investimentos na qualificação de recursos humanos associada directamente ao investimento.
(b) Majorações não cumuláveis.

CTE - Custo Total Elegível dos investimentos propostos num pedido de apoio.

Fileiras estratégicas - as fileiras das frutas, hortícolas, flores, azeite, vinho, bem como as fileiras dos produtos produzidos com Indicação Geográfica Protegida (IGP), Denominação de Origem Protegida (DOP), Especialidade Tradicional Garantida (ETG) ou em Modo de Produção Biológico.

AS QUOTAS LEITEIRAS E O FUTURO DA PRODUÇÃO DE LEITE EM PORTUGAL – POSIÇÃO DA AJAP

A União Europeia aprovou recentemente um aumento de 2% nas quotas leiteiras, para a Campanha actualmente em curso. Lamentavelmente, a AJAP não foi ouvida sobre esta e outras decisões que vão afectar o futuro da produção de leite em Portugal. Apesar disso, desenvolvemos uma reflexão com a participação de especialistas do sector e um grupo de trabalho composto por jovens produtores de leite, de onde apontamos as seguintes conclusões:

1. O aumento de 2% na quota da presente campanha implica o risco de Portugal ser invadido por leite excedentário dos países com grande produção no Centro e Norte da Europa, mas pode ser também factor de desenvolvimento do sector no nosso país, dependendo da forma como esses 2% forem distribuídos. Há que considerar a necessidade de rejuvenescer um sector envelhecido, dar dimensão às explorações leiteiras e consolidar explorações de jovens agricultores que se endividaram para adquirir quota, a quem nunca foi atribuída quota da reserva. Nesse sentido, a AJAP propõem que esses 2% de quota suplementar sejam distribuídos por todo o país, sem discriminação de regiões, sendo uma parte atribuída directamente a todos os produtores e a outra utilizada para reforçar a reserva nacional, dando prioridade às candidaturas de jovens agricultores em actividade e aos que se pretendam instalar.

2..A posição de Portugal face ao futuro do sistema de quotas após 2015 deverá ser precedida de estudos que avaliem a aplicação do sistema em Portugal desde 1992 e de outros estudos que antecipem as consequên-

cias possíveis da liberalização. Essa posição deverá resultar ainda de reuniões entre Governo e organizações do sector.

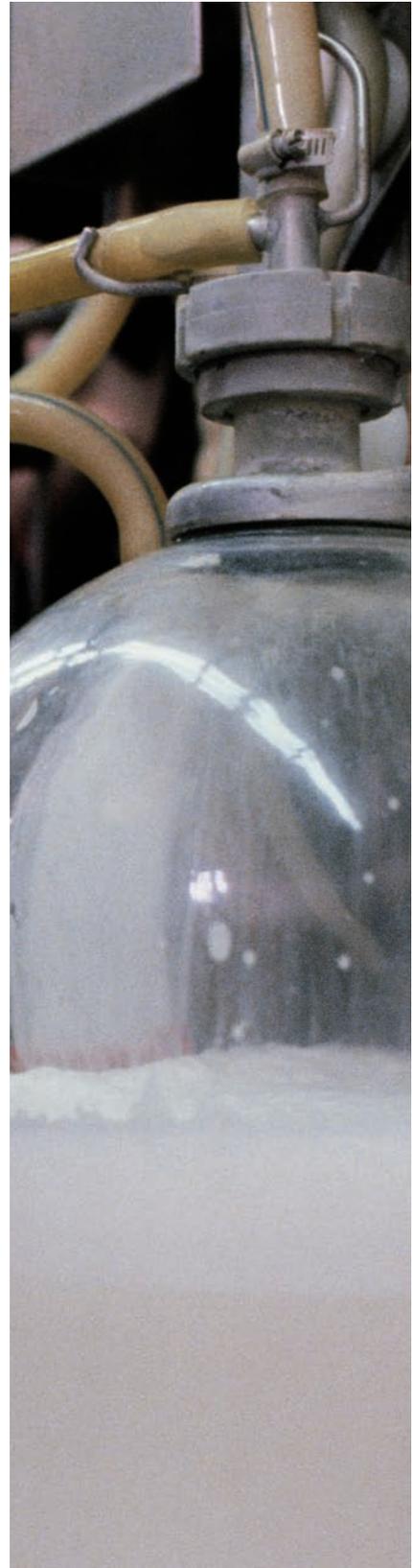
3. A turbulência registada nos últimos meses no mercado europeu deverá servir para que os decisores ponderem bem as consequências de terminar o actual sistema; a actual ausência de excedentes não torna desnecessário o sistema de quotas, pelo contrário, resultando da sua existência, prova a sua eficácia.

4. A liberalização da produção da Europa não coloca o sector em igualdade de circunstâncias com as restantes regiões do mundo, uma vez que os níveis de exigência em termos de responsabilidade social, protecção do ambiente e bem-estar animal são diferentes.

5. No caso de terminar com este mecanismo de controlo do mercado, a União Europeia deverá encontrar outros mecanismos de segurança na evolução dos preços, necessários para salvaguardar a produção e transformação do leite em regiões periféricas, como é o caso de todo o território português. Importa garantir a manutenção da actividade económica, a ocupação do território e a produção de alimento suficiente para a população, em qualidade e quantidade.

6. Deverá também ser assegurada uma indemnização aos produtores de leite pelo desaparecimento das quotas leiteiras, adquiridas com dificuldades, a preços elevados e em muitos casos com recurso a empréstimos ainda por pagar.

Carlos Neves
Vice-Presidente da AJAP



Microscopia e Laboratório

A excelência do detalhe



Tecnologia ao seu dispor. O Grupo Taper oferece equipamentos de tecnologia de ponta que possibilitam a todos os profissionais de Laboratório, desenvolver um trabalho de excelência. Representamos as mais importantes marcas a nível mundial, proporcionando as soluções mais inovadoras e eficazes.



Visite-nos em www.grupotaper.pt e venha conhecer a solução que temos para si.



We make it visible.



New Brunswick Scientific



LEGISLAÇÃO

PRODER

11/04/08

D.R. n.º 72, Série I

Portaria n.º 289-A/2008

Aprova o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 1.1.1, «Modernização e Capacitação das Empresas», da Medida n.º 1.1, «Inovação e Desenvolvimento Empresarial», Integrada no Subprograma n.º 1, «Promoção da Competitividade», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, designado por PRODER

08/05/08

D.R. n.º 89, Série I

Portaria n.º 353/2008

Cria o Sistema de Aconselhamento Agrícola (SAA)

09/05/08

D.R. n.º 90, Série I, Suplemento

Portaria n.º 357-A/2008

Aprova o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 1.1.3, «Instalação de Jovens Agricultores», da medida n.º 1.1, «Inovação e desenvolvimento empresarial», integrada no subprograma n.º 1, «Promoção da competitividade», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PRODER

Ajudas

10/03/08

D.R. n.º 49, Série II

Despacho normativo n.º 18-A/2008

Estabelece a forma e os prazos de apresentação dos pedidos de ajuda integrados noSIGC (processo n.º F.1.3/97)

20/03/08

D.R. n.º 57, Série II

Despacho normativo n.º 20/2008

Estabelece a forma e os prazos de apresentação dos pedidos de ajuda integrados no SIGC (processo F.1.3/97)

08/05/08

D.R. n.º 89, Série II

Listagem n.º 301/2008

Lista de ajudas financeiras atribuídas no 2.º semestre de 2007

Frutas e Hortícolas

24/04/08

D.R. n.º 81, Série II

Despacho normativo n.º 25/2008

Despacho normativo que estabelece o regime da ajuda transitória ao tomate para transformação

30/04/08

D.R. n.º 84, Série II

Despacho normativo n.º 26/2008

Despacho normativo que estabelece as regras de integração no regime do pagamento único (RPU) do sector das frutas e hortícolas e institui uma taxa de modulação voluntária para os pagamentos directos instituídos pelo Regulamento (CE) n.º 1782/2003, do Conselho, de 29 de Setembro

Fitofarmacêuticos

20/03/08

D.R. n.º 57, Série I

Decreto-Lei n.º 51/2008

Procede à décima primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 27/2000, de 3 de Março, à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 205/2004, de 19 de Agosto, à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 32/2006, de 15 de Fevereiro, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 123/2006, de 28 de Junho, à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 233/2006, de 29 de Novembro e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 373/2007, de 6 de Novembro, estabelecendo novos limites máximos de resíduos de substâncias activas de produtos fitofarmacêuticos permitidos nos produtos agrícolas de origem vegetal, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva 2007/62/CE, da Comissão, de 4 de Outubro, bem como parcialmente as Directivas n.os 2007/55/CE, 2007/56/CE e 2007/57/CE, da Comissão, de 17 de Setembro, nas partes respeitantes aos produtos agrícolas de origem vegetal

28/03/08

D.R. n.º 62, Série I

Decreto-Lei n.º 61/2008

Procede à 22.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 94/98, de 15 de Abril, relativo à colocação de produtos fitofarmacêuticos no mercado, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas n.os 2006/85/CE, de 23 de Outubro, 2007/5/CE, de 7 de Fevereiro, 2007/25/CE, de 23 de Abril, 2007/31/CE, de 31 de Maio, 2007/50/CE, de 2 de Agosto, e 2007/52/CE, de 16 de Agosto, da Comissão

Agricultura Biológica

20/07/03

D.R. n.º 57, Série II

Aviso n.º 8733/2008

Aprovação de derrogação que permite utilização de até 5% de alimentos convencionais na alimentação de herbívoros em modo de produção biológica de 1 de janeiro até 31 de Julho de 2008

Diversos

18/04/08

D.R. n.º 77, Série II

Despacho normativo n.º 23/2008

Programa Apícola Nacional 2008-2010

23/04/08

D.R. n.º 80, Série II

Despacho normativo n.º 24/2008

Diploma das boas práticas agrícolas e ambientais

12/05/08

D.R. n.º 91, Série I, Suplemento

Portaria n.º 361-A/2008

Estabelece as regras de comercialização do gasóleo colorido e marcado e os respectivos mecanismos de controlo, tendo em vista a correcta afectação do produto aos destinos que beneficiam de isenção ou de aplicação de taxas reduzidas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP), nos termos previstos no Código dos Impostos Especiais de Consumo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 566/99, de 22 de Dezembro, designado por CIEC

Gabinetes de Apoio Jovem Agricultor

- 1** Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (sede)
Rua D. Pedro V, 108 - 2.º Andar, 1269 - 128 Lisboa, Tel.: 213 244 970
- 2** Gabinete de Coordenação Regional de Entre Douro e Minho
Rua do Convento, 21, 4485 - 662 Vairão (Vila do Conde), Tel.: 252 661 740
- 3** Associação Portuguesa de Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural
Praça General Barbosa, n.º 85, 1.º, Sala 3, 4900-347 Viana do Castelo, Tel.: 258 847 101
- 4** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Terras de Bouro
Rua Dr. Paulo Marcelino, 46, 4840-100 Terras de Bouro, Tel.: 253 356 089
- 5** Cooperativa dos Produtores Agrícolas do Concelho de Valongo
Rua D. Pedro IV, N.º 615-625, Susão, 4440 - 633 Valongo, Tel.: 224 219 160 / 224 220 089
- 6** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Baião
Ed. Adega Coop., Quintela - Govê, 4640 - 272 Govê (Baião), Tel.: 255 552 945
- 8** Centro de Gestão Agrícola de Vale do Sousa
Av. dos Combatentes da Grande Guerra, Ed. Lousator, 4620 -141 Lousada, Tel.: 255 913 305
- 13** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Guimarães
Rua da Boavista, Quintá de Cima - Prazins, 4801 - 910 Guimarães, Tel.: 253 473 411
- 14** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Basto
Praça Albino Alves Pereira, 4890 - 225 Celorico de Basto, Tel.: 255 320 480
- 15** Associação de Agricultores de Ribadouro
Av. Gen. Vitorino Laranjeira, Ed. Golfinho, Lj S, S. Gonçalo, 4600-018 Amarante, Tel.: 255 431 403
- 16** Centro de Gestão Agrícola de Barcelos
Rua Dr. José Ant.º Peixoto Machado, 400, BL. A, Loja 1, 4750 - 309 Barcelos, Tel.: 253 824 543
- 17** Gabinete de Coordenação Regional de Trás-os-Montes
Rua dos Camilos (Casa do Douro), 5054 - 909 Peso da Régua, Tel.: 254 322 502
- 19** Centro de Gestão da Empresa Agrícola de Sendim
Av. do Ciclo, Edifício da Junta de Freguesia, 5225 - 101 Sendim, Tel.: 273 739 166
- 20** Assoc. para o Desenvolvimento Agrícola e Rural da Terra Fria - Monteval Av. 22 de Maio, Lote 3, R/C, B.º Forte S. João de Deus, 5300 - 449 Bragança, Tel.: 273 327 037
- 21** Centro de Gestão da Empresa Agrícola do Alto Douro
Rua Dr. César Ferreira, 3, 5070 - 045 Alijó, Tel.: 259 950 532
- 22** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Rebordelo
Av. do Brasil, N.º 8, 1º, 5335 - 102 Rebordelo, Tel.: 278 369 348
- 23** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Mogadouro
Av. do Sabor, 41, Lote 2, 5200 - 204 Mogadouro, Tel.: 279 341 650
- 24** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Saldanha
R. Fonte do Paço, Ed. Maria da Fonte - 2º, Esc. 2, 5340 - 268 Macedo de Cavaleiros, Tel.: 278 425 756
- 25** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Alfândega da Fé
Av. Sá Carneiro, 5350 - 005 Alfândega da Fé, Tel.: 279 463 205
- 27** Cooperativa Agrícola de Alfândega da Fé
Av. Eng.º Camilo Mendonça, N.º 287, 5350 - 001 Alfândega da Fé, Tel.: 279 462 417
- 28** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Alijó
Rua Dr. César Ferreira, 3, 5070 - 045 Alijó, Tel.: 259 950 042
- 29** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Armamar
Praça da República, 18 - 1.º, 5110 - 127 Armamar, Tel.: 254 855 960
- 30** Centro de Gestão Agrícola da Beira Douro – Associação
Rua Eng.º Joaquim Botelho Lucena, Edifício Vialva, Loja EO, 5000-586 Vila Real
- 31** Gabinete de Apoio Agrícola
Rua da Fonte do Paço, Edifício Maria da Fonte, 1.º C - 3, 5340 - 268 Macedo de Cavaleiros, Tel.: 278 425 737
- 32** Associação dos Produtores Agro-Florestais da Terra Quente
Av. Inf. D. Henrique, Ed. Translande 2º, Esc. 12, 5340-204 Macedo de Cavaleiros, Tel.: 278 421 698
- 33** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Valpaços
Largo da Feira, Edifício Sol Nascente, Loja 2, 5430 Valpaços, Tel.: 278 711 421
- 34** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Macedo de Cavaleiros
R. Fonte do Paço, Ed. Translande, R/C, Lj. 33, 5340-268 Macedo de Cavaleiros
- 35** Gabinete de Coordenação Regional da Beira Interior
Av. 25 de Abril, 151, 6440 - 111 Figueira de Castelo Rodrigo, Tel.: 271 312 139
- 38** Gabinete de Coordenação Regional da Beira Litoral
Centro Comercial e Residencial da Curia, Bloco O, Escritório 54, 3781-541 Tâmega, Tel.: 231 525 315
- 39** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor na Cooperativa Agrícola de Nelas
Av. da Liberdade, 3520 - 061 Nelas, Tel.: 232 949 539
- 40** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Ansião
Lugar de Lagoa Parada, 3240 - 673 Santiago da Guarda, Tel.: 236 679 037
- 41** Cooperativa Agrícola da Beira Agueira
Ed. Centro de Inic. Empresariais, Pq. Ind. Mel L. Ferreira, Lt. 12, 3450-232 Mortágua, Tel.: 231 927 470
- 42** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Anadia
Rua da Gatanha, Monsarros, 3780 - 563 Vila Nova de Monsarros
- 44** Gabinete de Coordenação Regional do Ribatejo e Oeste
Esc. Sup. Agrária de Santarém, Q.ta do Galinheiro, 2001-904 Santarém, Tel.: 243 352 916
- 45** Cooperativa Agrícola da Serra d'El Rei
Rua 4 de Agosto, N.º 50, 2525-814 Serra d'El Rei, Tel.: 262 909 426
- 46** Balcão Rural de Abrantes
Rua D. Lopo de Almeida, Lote 81, R/C Dto., 2200 - 281 Abrantes, Tel.: 241 366 806
- 47** Balcão Rural de Foros de Salvaterra
Rua Imaculado Coração de Maria, N.º 179, 2120 - 188 Foros de Salvaterra, Tel.: 263 501 500
- 49** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Alenquer
Quinta de S. Paulo, Carapinha, 2580 - 377 Alenquer, Tel.: 263 711 012
- 50** Gabinete de Coordenação Regional do Alentejo
Bairro Novo da Bica, Edif. da Pré-Primária, 7940 Cuba, Tel.: 284 414 140
- 51** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Mértola
Casal Ventoso, Lote I-9, 7750 Mértola, Tel.: 286 612 057
- 52** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Sousel
Rua da Amêndoa, N.º 13, 7470 - 230 Sousel, Tel.: 268 551 458
- 53** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Moura
Rua 5 de Outubro, N.º 32, 7860-013 Moura, Tel.: 285 254 775
- 54** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Borba
Rua Convento das Servas, 7150 - 164 Borba, Tel.: 268 841 547
- 57** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Odemira
Rua Eng.º Arantes e Oliveira, 5, 7630 - 149 Odemira, Tel.: 283 327 227
- 58** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Portel
Edifício da Cooperativa Agrícola de Portel, Rua do Grupo Coral de Cantares Regionais de Portel, 20, 7220-407 Portel, Tel.: 266 612 636
- 60** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Serpa
Rua do Rossio, N.º 82, 7830-371, Tel.: 284 544 655
- 61** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor do Caia
Horta do Belhó, 7350-903 Elvas, Tel.: 268 626 668
- 62** Gabinete de Coordenação Regional do Algarve
Antiga Escola da Sambada, Sítio de Lagos e Relvas, 8000-673 Estoi Tel.: 289 994 581
- 63** FRUSOAL- Frutas Sotavento Algarve
Sítio das Cevadeiras, EN 125, 8900-907 Vila Nova de Cacela Tel.: 281 950 400

